

Jânio Roque Barros de Castro

Geógrafo, Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Professor da Universidade do Estado da Bahia
janiocastro@bol.com.br

A promoção de megafestas juninas em arenas privadas no Recôncavo Baiano: Uma apreciação analítica

Resumo

Nas três últimas décadas notou-se que as tradicionais festas juninas que aconteciam nas residências e em seu entorno se transformaram em megaeventos mercantilizados e turistificados. No presente trabalho, analisa-se o processo de espetacularização das festas juninas em espaço privados nos municípios de Amargosa e Cruz das Almas, onde ocorrem eventos festivos de arena muito conhecidos no território baiano, realizados em fazendas próximas às áreas urbanas. Essa modalidade de eventos é vista como uma oportunidade de negócios para seus promotores e as cervejarias envolvidas e como uma forma de lazer festivo reinventado no período junino para milhares de jovens de várias regiões do território baiano e da capital do estado.

Palavras-chave: Festas juninas, Mercantilização, Festas de camisas, Espetacularização.

Abstract

THE PROMOTION OF BIG PARTIES DURING THE JUNE FESTIVITIES IN PRIVATE ARENAS IN RECONCAVO REGION: AN ANALYTICAL ASSESSMENT

In the last three decades, it was noticed that the traditional bonfire festivals that happen in the home and its surroundings have become commoditized and mega-touristified events. In this paper, it is analyzed the process of spectacularization of June festivities in private space in the cities of Amargosa and Cruz das Almas, where festivities take place in arenas very well known in the State of Bahia, held in farms near urban areas. This kind of event is seen as a business opportunity for the

promoters and the breweries involved and as a form of reinvented entertainment in June festive period for thousands of young people from several regions of the state territory and the state capital.

Key-words: June parties, Commodification, Shirt Festivities, Spectacularization.

1. Introdução

As festas juninas do passado aconteciam na casa e no entorno residencial e envolviam a família, a comunidade, os vizinhos. Na atualidade nota-se uma ampliação espacial desses eventos que se espetacularizaram em espaços públicos e privados. Notadamente a partir dos anos 1990, os eventos festivos em espaços privados, chamados por alguns segmentos da mídia de festas *indoors*, proliferaram-se no estado da Bahia. Nesse artigo analisam-se as especificidades desses eventos festivos em dois municípios da região do Recôncavo Baiano: Amargosa e Cruz das Almas. As festas juninas de camisa, como são chamadas regionalmente, podem ser deflagradas em espaços privados que oscilam entre áreas periféricas que bordejam a nucleação urbana, nas áreas rurais periurbanas, como o forró do Piu Piu, em Amargosa, ou nas áreas rurais, como o forró do Bosque, em Cruz das Almas, que acontece em uma fazenda.

As festas juninas em arena privada atraem milhares de jovens. A exibição de artistas e grupos musicais famosos, a monumentalidade dos palcos, a cenarização e a ambiência festiva explosiva são alguns dos atrativos desses eventos. Alguns optam por essa modalidade de evento por causa da segurança, mas outro fator a se destacar é que essas festas atraem um público constituído na sua maioria por pessoas de classes sociais mais elevadas do ponto de vista da estratificação socioeconômica, e o que se nota é que muitos festeiros buscam dividir o espaço festivo com pessoas que apresentam similaridades em termos de frequência a determinadas modalidades festivas, como os tradicionais blocos de abadás do carnaval de Salvador. No caso específico do forró do Bosque e do forró do Piu Piu, pode-se afirmar que são eventos muito divulgados nos meios de comunicação e que provocam o fascínio de “galeras” de jovens provenientes da capital baiana e de outros municípios do estado.

No presente trabalho analisa-se a espetacularização das festas juninas em arenas privadas do Recôncavo Baiano, especificamente nos municípios de Amargosa e Cruz das Almas, que realizam eventos dessa natureza que se destacam em âmbito estadual. Essa modalidade de eventos festivos fechados atrai milhares de pessoas e expressa uma das facetas da mercantilização das festas juninas da atualidade.

2. As festas juninas em espaço privado como rebatimento de um contexto socioeconômico e cultural

As festas juninas privadas mais famosas do Recôncavo Baiano podem ser consideradas como espaço / tempo do entretenimento festivo, como também podem ser consideradas símbolo de *status*, devido ao alto custo das camisas que permitem o ingresso. Segundo Lefebvre (1991a), houve um tempo no qual as pessoas utilizavam os chaveiros como símbolos de propriedade. A relação entre o sujeito e o objeto, muitas das vezes, é mediada pela questão do signo. Nas festas de arena, a camisa pode expressar o culto à festa, corporificado através de uma indumentária que permite o acesso àquele evento e que, ao mesmo tempo, distingue a pessoa na multidão como sendo o sujeito que participou de uma determinada festa de camisa em Amargosa, Cruz das Almas ou em outro município do interior da Bahia. Identifica-se através da padronização estilística. Segundo Baudrillard (1973; 1995), um crítico da sociedade de consumo e do espetáculo, os objetos não apresentam apenas um valor de uso ou de troca como também um valor como signo, que atribui certo *status* ao proprietário que pode estar relacionado à questão da distinção. Esse objeto / signo pode ser um veículo sofisticado ou mesmo um utensílio simples. Transportando essa leitura para as modalidades festivas da atualidade, pode-se afirmar que a camisa que permite a entrada em uma megafesta de arena, não significa apenas um objeto permutado por dinheiro; existe toda uma leitura sógnica desse vestuário, que transpõe em muito o objeto pelo objeto.

O antropólogo Roberto DaMatta, no livro “A Casa e a Rua”, que se constitui em uma relevante contribuição ao estudo de práticas socioculturais

do povo brasileiro, destaca que a estrutura interna da casa urbana tradicional apresenta um corredor que se assemelha à rua e cômodos que se constituiriam em edificações bordejando a artéria viária pública. Segundo DaMatta (1987, p. 56), “andar pelos corredores equivale a percorrer ruas de uma cidade”. A partir de meados do século passado, as casas da área urbana do Recôncavo Baiano passaram a apresentar um desenho arquitetônico diferente dessa morfologia descrita anteriormente: os corredores desaparecem, a sala de visitas é ampliada, os jardins entornados com cercas baixas desaparecem por detrás de muros, o mesmo ocorrendo com quintais e terreiros que passam a ser menores devido à valorização do solo urbano provocada pela rarefação de áreas livres de edificação. Todas essas transformações na produção do espaço do habitar se constituem no rebatimento espacial de mudanças socioeconômicas e culturais na sociedade brasileira. Os eventos festivos de camisa surgem e se consolidam nesse contexto de mudança do desenho residencial, de expansão de condomínios fechados e de mediatização espetacularizante das festas juninas no espaço urbano. A mesma segurança, comodidade, funcionalidade, o mesmo conforto que os moradores dos conjuntos habitacionais fechados procuram, os frequentadores das festas privadas de arena buscam em eventos como os forrós do Bosque, em Cruz das Almas, e do Piu Piu, em Amargosa.

As várias nucleações territoriais de jovens observadas nessas festas revelam a era da explosão das “galeras festivas”, que veem nas festas privadas de camisa seu momento de aproximação, concentração, abertura, e, após esses eventos, apresentam uma situação de dispersão e reconcentração. Como destaca Sack (1986), o território tanto pode ser um indicativo de pertencimento, quanto pode também restringir, excluir.

Em países periferizados como o Brasil, as desigualdades de renda são evidentes na tessitura social e na dinâmica espacial. Os eventos festivos constituem-se em reflexos das disparidades sociais no país, o que pode ser notado através de barreiras tácteis e visíveis. Canclini (1983) destaca de forma enfática que a festa não é lugar de subversão da ordem social porque as diferenças sociais nela se repetem. Mesmo nas festas abertas do espaço público nota-se uma atitude autoexcludente por parte de alguns festeiros. Não existe nenhuma barreira física, a festa é completamente aberta, no entanto, as roupas e os chapéus, como signos associados a um potencial de

consumo elevado, criam um campo de força simbólico que promove uma modalidade de apropriação desse espaço público e deixa transparecer as assimetrias socioeconômicas e as diferenças étnicas. Nas festas juninas do passado, tanto as pessoas de baixa renda, quanto aquelas de maior poder aquisitivo, transitavam por caminhos parecidos, encontravam-se, mas também o tipo de receptividade iria depender do nível de proximidade afetiva entre o proprietário de uma fazenda e o visitante. Nas festas em arenas privadas, mesmo no espaço intrafestivo, existem assimetrias claras verificadas nas barreiras físicas que separam os camarotes das pistas e o público de modo geral do artista. No caso das festas de camisa do período junino de cidades como Amargosa e Cruz das Almas, as cercas das fazendas representam a barreira física que impede o acesso àquelas festas, enquanto que a exiguidade da renda erige a inacessibilidade socioeconômica. Deve-se destacar, no entanto, que as festas juninas de arena são eventos abertos à participação de pessoas, independente da sua opção sexual, tipologia étnica, religiosa, exigindo-se apenas que paguem para dispor de ingresso; esses eventos diferem de outros das primeiras décadas do século XX que proibiam acesso de negros, mulheres separadas ou homossexuais.

Nos espaços públicos, as festas são monitoradas pela polícia militar, que organiza e normatiza o lugar festivo, criando espaços disciplinares para a / na festa. Nas arenas privadas, os seguranças desempenham o mesmo papel, com o apoio logístico da polícia militar. É sempre importante destacar que as festas de camisa de Amargosa e Cruz das Almas são eventos festivos que destoam da regularidade socioeconômica do entorno, o que leva os moradores das comunidades próximas a subir em árvores, ou no telhado das casas para assistir a performance dos foliões juninos que formam a massa festiva. No caso específico de Amargosa, como os organizadores do forró do Piu Piu edificam a arena em uma área de relevo acidentado, muitos curiosos observam o evento das bordas da depressão, notadamente a partir da rodovia que liga Amargosa à cidade de Mutuípe.

Segundo Milton Santos (1987), a rede urbana, para as pessoas de baixa renda, limita-se à dimensão onírica, na medida em que indivíduos desprovidos de renda apresentam uma margem de mobilidade limitada. Partindo-se desse pressuposto, pode-se afirmar que as pessoas dos extra-

tos inferiores da pirâmide socioeconômica brasileira dificilmente terão condições de se fazerem presentes em todos os espaços de consumo da atualidade, como *shopping centers* ou mesmo naqueles espaços funcionais considerados elitizados, como grandes aeroportos metropolitanos. Ao relacionar-se essas assimetrias sociais com a dimensão festiva, pode-se afirmar que Nestor Garcia Canclini (1983) está correto quando enfatiza que a festa não tem esse poder de transformação, mesmo que efêmera, de uma das facetas mais explícitas do capitalismo: a segregação socioespacial. A renda permite o entretenimento festivo multiterritorial do festeiro junino situado nos patamares superiores da estratificação social, que poderá circular por várias ambiências festivas: festas de arena, públicas, comunitárias, familiares etc. Evidentemente que até aí não se nota nada de novo; trata-se apenas de uma das facetas das desigualdades sociais do Brasil. No entanto, nas festas de camisa em arenas privadas da atualidade basta pagar para participar, já nos clubes sociais, no passado, ocorria tanto a discriminação racial quanto a social.

3. Dos clubes à arena: a questão físico-espacial nas festas juninas em espaços fechados

No passado, as festas privadas no Brasil aconteciam nos clubes tradicionais tanto das grandes cidades como nas pequenas unidades urbanas do interior. Alguns clubes fecharam as portas como espaço festivo e cultural e foram refuncionalizados. Na cidade de Cruz das Almas, notou-se, ao longo do século XX, uma mudança contínua na localização do principal lugar festivo privado da cidade; inicialmente era o seletivo salão nobre da prefeitura, posteriormente esses eventos passaram a ocorrer nas filarmônicas locais, como Euterpe Cruzalmense e Lira Guarani, que acirraram as rivalidades entre os espaços festivos fechados. Durante muito tempo o papel de centralidade festiva na área urbana foi exercido pelo Cruz das Almas Clube, situado no centro da cidade, e pelo espaço festivo mais recente dessa relação: o Clube de Campo Laranjeiras, inaugurado na década de 1970, próximo a então recém-inaugurada rodovia BR-101.

Na década de 1930, a construção do Cruz das Almas Clube expressou um esboço de ampliação do espaço festivo. A edificação do Clube de Campo Laranjeiras na década de 1970, em estilo modernista, demonstrou claramente a natureza funcional dos espaços festivos através de seu estilo arquitetônico: uma entrada larga com percurso canalizado até uma arena festiva fechada, ampla e com acesso à piscina e a outras formas de lazer contíguas. Décadas mais tarde, iniciam-se os ciclos de festas juninas de arena no Recôncavo Sul em cidades como Amargosa e Cruz das Almas, em áreas rurais, expressando, assim, não uma crise que determinasse o fim das festas na arena periurbana do Clube Laranjeiras, mas uma transição que redefiniu os papéis de alguns espaços festivos. O Cruz das Almas Clube continua sendo utilizado para outras modalidades de festas ao longo do ano, o Clube Laranjeiras passou a ser utilizado para eventos do período pré-junino, as filarmônicas locais passaram a participar de algumas festividades ao longo do ano. Ocorreu um rearranjo, uma redefinição do principal lugar que exercia uma relativa centralidade no ciclo junino em Cruz das Almas, protagonizado atualmente pela Praça do Parque Sumaúma, onde acontece uma festa espetacularizada em espaço público, e pela Fazenda Cabana do Bosque, onde acontece uma das mais conhecidas festas juninas em arenas privadas da Bahia.

Do ponto de vista comportamental, vários fatores concorreram para a crise nos clubes sociais da Bahia e de outras unidades da federação. Dentre esses se pode citar a relativa diversificação das formas de lazer e entretenimento, mesmo em pequenas cidades, e a popularização da televisão. Na cidade de Cachoeira, na década de 1960, era comum algumas famílias se reunirem na Associação Desportiva Paraguaçu para assistir a TV, um eletrodoméstico sofisticado e caro para a época. Já do ponto de vista administrativo, muitos desses clubes sociais passaram a acumular dívidas trabalhistas, com fornecedores e com o fisco, o que colaborou para a diminuição da capacidade de reforma e manutenção da estrutura física edificada. Nas últimas décadas, a TV deixou de ser um objeto de uso seletivo, assim como ocorreu também um popularização de outras modalidades de eletrodomésticos, sobretudo nos anos 1990, o que contribuiu para desestimular a procura dos clubes, ou seja, o espaço de lazer coletivizado e

multifamiliar foi progressivamente sendo substituído pelo espaço de lazer predominantemente domiciliar e esporadicamente extradomiciliar.

Pode-se falar em uma crise / transição / reinvenção dos lugares, que, ao longo do tempo, se ampliaram da casa para as ruas, desenhando um itinerário, que alternava do canalizado ao errante, também se ampliando no espaço público das praças festivas, e, sincronicamente, nas festas fechadas do espaço privado. A versão atual das festas juninas de rua se caracteriza pela ampliação espacial e pela natureza concentrada desses eventos. Não foram as formas espaciais que determinaram as mudanças nos sentidos do festejar nas cidades citadas nesse texto; partir desse pressuposto seria adotar uma leitura formalista já superada. Essas mudanças podem ser explicadas pelo dinamismo sociocultural e econômico das últimas décadas, que provocou mudança de hábitos, comportamentos e atitudes subjetivas, familiares, grupais, na coletividade cultural de modo geral, cujo reatamento espacial transforma esses processos em elementos tangíveis.

A crise nos clubes sociais e a ampliação dos eventos festivos em espaço público como as festas de largo em Salvador, carnavais fora de época e o São João nas cidades do interior, nas décadas de 1980 e 1990, fizeram surgir, nesse mesmo contexto temporal, novas modalidades de festas privadas, como os forrós de camisa temáticos, que representam tanto uma reinvenção do entretenimento festivo, quanto uma expressão da cooptação, de natureza mercadológica, de um determinado segmento de festividades populares no estado da Bahia. Uma diferença a se destacar é que nos antigos bailes de clubes a família exercia um papel importante, enquanto que em festas de arena da atualidade os circuitos jovens protagonizam a trama festiva.

Do ponto de vista morfológico, as arenas festivas juninas dos municípios de Amargosa e Cruz das Almas, correspondentes aos forrós do Piu Piu e do Bosque, respectivamente, apresentam-se como espaços quadriculados e demarcados. Quando o folião junino entra, destaca-se a sua frente um amplo espaço festivo, com suas formas racionais e sem corredores. Apesar de serem festas fechadas, a sensação de muitos festeiros é de amplitude, conforto e segurança. Essa forma espacial contrasta com o desenho e com a dinâmica sociocultural de alguns espaços festivos fechados de cidades do Recôncavo Baiano. A arquitetura das sedes das Filarmônicas Euterpe

Cruzalmense e Lira Guarany, antigos espaços festivos de Cruz das Almas, apresentam uma morfologia que se assemelha a uma casa: um corredor lateral que desemboca em uma pequena sala no fundo, paralelo ao salão de festas, que se assemelha a uma sala de visitas de uma unidade habitacional tradicional; aliás, o *front* das duas edificações se assemelha a uma típica casa de família do interior da Bahia. Já a centenária Associação Cultural e Desportiva do Paraguaçu, da cidade de Cachoeira, apresenta na sua estrutura interna uma sala de recepção e triagem prévia e uma escada de madeira que dava acesso ao salão principal do prédio, que é um sobrado típico daqueles habitados por famílias tradicionais daquela unidade urbana. Essas diferenças físicas, tanto na estrutura interna quanto na forma espacial visualizada externamente, entre os espaços festivos fechados do passado e recentes, caracterizam claramente o dinamismo sociocultural que redimensionou espacialmente os sentidos do festejar.

Alguns espaços festivos se assemelhavam a uma casa tradicional, na morfologia e nas normas de conduta, porque a concepção de festa estava diretamente relacionada à família e esta era simbolizada e sintetizada culturalmente pela casa como lar, enquanto forma espacial afetiva e normatizadora. A família continua exercendo um papel importante na trama festiva atual; um papel mais relevante na relação com as festas em espaço público, pouco expressivo em relação às privadas. Entretanto, houve uma redefinição, uma ressignificação clara do papel familiar nas últimas décadas, que, obviamente, influenciou na forma e na concepção dos espaços festivos.

Tanto do ponto vista socioeconômico, como também espacial, as festas juninas em arenas privadas se configuram como eventos segmentarizados. Para participar, o folião deve comprar um *ticket* numerado que dá direito a uma camisa que permite a entrada na festa, portanto, trata-se de um evento codificado, planejado, delimitado, vigiado, filmado e determinado cronologicamente. As arenas privadas das festas de camisa se fecham para posteriormente se abrir, de modo a fazer fluir e diluir sua massa festiva em amplos espaços públicos. Entretanto, como lembra Deleuze (1992), no livro “Conversações”, uma máquina não é nada se destituída dos múltiplos agenciamentos coletivos dos quais ela faz parte; o mesmo pode ser

aplicado à forma espacial, como a arena festiva privada, que é produto de um determinado contexto. Segundo Deleuze e Guattari:

Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos. Os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. A casa é segmentarizada conforme a destinação dos seus cômodos; as ruas, conforme a ordem da cidade; a fábrica, conforme a natureza dos trabalhos e das operações. Somos segmentarizados binariamente, a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens, as mulheres, os adultos, as crianças, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83-84).

A segmentaridade, que os autores se referem nesse trecho de uma de suas obras, é social e física. Além do habitar, do circular, do trabalhar, pode-se incluir o lazer, o entretenimento festivo, que nas cidades modernas podem ser encontrados em parques temáticos ou em espaços de shows públicos (uma praça, por exemplo) ou privados. As festas juninas privadas apresentam uma segmentaridade física explícita, verificada nas demarcações que separam essa modalidade de evento festivo do lugar onde ocorrem, que é consequência da segmentaridade social. As casas, como apontam Deleuze e Guattari (1997a), sempre foram um exemplo de segmentaridade do habitar: cômodos para dormir, para as refeições, para o banho etc. No entorno da unidade residencial da atualidade, nota-se que os muros e a canalização física de percursos podem demonstrar a natureza sedentária do espaço estriado do não nômade. Mesmo no tradicional dia da fogueira de São João (23 de junho), no qual as famílias abriam suas casas para recepção dos foliões juninos, as comidas típicas eram colocadas na sala de visita, enquanto que no terreiro no entorno da fogueira se reuniam algumas pessoas. E qual a diferença desse exemplo de segmentaridade física do passado para a do presente? No passado também existia o segregacionismo, as grandes festas em fazendas e as pequenas festas comunitárias ou da esfera familiar, assim como ocorria o trânsito do folião junino por unidades residenciais de diferentes classes sociais, contudo, não se verificava o processo de espetacularização mercadológica das práticas festivas, como ocorre na atualidade.

Sob a ótica dos eventos festivos, pode-se afirmar que houve uma intensificação da segmentaridade física e social em termos da acessibilidade

de pessoas de distintas camadas da população a determinadas modalidades de festas de São João. Considerando-se que, para Lefebvre (1999), o urbano é o local do desejo e também da ação, a concentração de eventos culturais na cidade talvez possa determinar um dinamismo reinventivo dessa modalidade de entretenimento, abrindo-se possibilidades para ampliação da ludicidade junina, que, na atualidade, revela-se de forma intersticial no contexto da espetacularidade do lazer festivo.

4. Nem a casa nem a rua: a arena privada - especificidades das festas juninas em espaços fechados em Amargosa e Cruz das Almas

As festas privadas de camisa no Recôncavo Baiano acontecem geralmente na zona rural e periurbana. O forró do Bosque em Cruz das Almas ocorre em uma localidade denominada Pumba, situada a quatro quilômetros do centro da cidade, enquanto que o forró do Piu Piu ocorre no hotel fazenda Colibri, nas proximidades da área urbana de Amargosa, em uma propriedade privada que bordeja uma rodovia estadual que acessa a cidade de Mutuípe, no Vale do Jequiriçá.

Segundo boletim informativo da prefeitura de Amargosa, a partir de meados dos anos 1990, muitas pessoas que formavam blocos tradicionais do carnaval de Salvador passaram a frequentar o São João daquela cidade, o que colaborou para o surgimento do forró do Piu Piu como uma extensão das festas da capital baiana em uma ambiência junina. Nesse caso pode-se afirmar que trata-se de um megaevento festivo de natureza espetacular, que corresponde a uma desterritorialização difusa e relativa de vários blocos carnavalescos de Salvador, que se reterritorializam na zona rural / periurbana de Amargosa, configurando uma massa festiva parcialmente mesclada do ponto de vista de seus respectivos locais de origem, mas com um predomínio expressivo de foliões da capital do estado. Essa leitura, a partir de uma das mais tradicionais festas juninas de arena da Bahia, mostra que a assertiva recorrente de que os turistas buscam as particularidades e não as similaridades seria uma simplificação

excessiva de um fenômeno social complexo. Assim como muitas pessoas são atraídas para os principais pólos juninos pelos particularismos locais, a exemplo da tradicional feira de Caruaru, no agreste de Pernambuco, muitos outros turistas se deslocam para eventos como o forró do Piu Piu, em Amargosa, pelas similitudes estéticas, musicais e brincantes entre essa festa privada e os blocos famosos do carnaval de Salvador. A leitura empírica das especificidades das facetas socioculturais envolvendo os chamarizes do ciclo junino revela que os atrativos que impulsionam as modalidades festivas transitam da peculiaridade da escala local a aspectos supostamente universais de natureza trans-escalar.

As festas juninas de camisa explicitam a consolidação de práticas festivas de grupos de jovens abertos e semiabertos, de pessoas reunidas por laços de parentesco, de proximidade geográfica, de outras que se conectam afetivamente através dos recursos comunicacionais via internet. Ou seja, se trata de uma modalidade festiva ampla, que abarca diversas modalidades de jovens que, por outro lado, apresentam similaridades socioeconômicas. Do ponto de vista físico-espacial, a arena festiva apresenta um potencial de sociabilidade e de ampliação grupal maior do que a casa e menor do que a praça festiva pública. Entretanto, ao se levar em consideração o decréscimo e o redimensionamento da centralidade do lazer festivo da casa na contemporaneidade e as assimetrias socioeconômicas das festas públicas, pode-se afirmar que as arenas festivas apresentam um maior potencial de ampliação horizontal dos grupos e de trânsito intergrupal efêmero. As festas juninas em arenas privadas são um desdobramento dos blocos do carnaval de Salvador? Acredita-se que se trata de eventos festivos complementares e que apresentam similaridades e também especificidades em suas modalidades de interação e sociabilidades. A leitura das múltiplas possibilidades de tessitura de sociabilidades festivas, em um espaço onde os desníveis socioeconômicos são menos assimétricos, pode indicar uma maior probabilidade de interação.

Além das grandes atrações de peso midiático, um dos pontos que mais atraem milhares de pessoas para festas juninas em arena privada é a organização no sentido amplo desses eventos. Existem normas, tempo para começar, para terminar, segurança dentro e fora da plataforma festiva,

serviços médicos como enfermagem equipada com UTI móvel, serviço de informações, praça de alimentação, bares e boate. As festas privadas de arena como o forró do Piu Piu, na fazenda Colibri, em Amargosa, e o forró do Bosque, em Cruz das Almas, expressam uma busca de comodidade, segurança e organização do ponto de vista da funcionalidade, o que é uma tendência da contemporaneidade, assim como a proliferação de condomínios fechados na área urbana em várias cidades do Brasil, não só dos grandes centros metropolitanos, como também naquelas de médio e até de pequeno porte.

Se, por um lado, os forrós do Bosque e do Piu Piu apresentam um desenho morfológico que pouco se diferencia de outros espaços festivos privados da Bahia, por outro, o conjunto paisagístico e a inserção em espaços rurais próximos à área urbana, associados a um conjunto de comodidades, promovem a peculiaridade desses eventos festivos, que expressam uma das facetas da reinvenção do lazer festivo urbano do ciclo junino da atualidade.

Apesar de acontecer algumas festas juninas pontuais em algumas casas de shows em cidades do Recôncavo Baiano, na primeira quinzena de junho as festas de São João no interior ainda não “aqueceram”. Dessa forma, durante as festividades juninas, pode-se afirmar que ocorre uma efêmera e sazonal reversão da polaridade: Salvador, que é o pólo político, econômico, turístico e cultural durante todo o ano, perde momentaneamente o *status* de centralidade na dimensão festiva para os espaços multipolarizados da sua periferia imediata (Recôncavo) ou de regiões mais distantes no estado da Bahia.

Os meios de comunicação desempenham um papel vital nas sociedades de consumo, no sentido da persuasão, para divulgação e espetacularização das festas de arena; no entanto, os eventos dessa natureza mais famosos já produziram uma clientela que é fiel e que, ao mesmo tempo, divulga gratuitamente a marca ao relatar episódios e situações, performances dos grupos no cenário festivo.

A arena festiva do Piu Piu, apesar de se constituir uma nucleação festiva que destoa de toda uma regularidade local, apresenta linhas de interface com a festa pública realizada na Praça do Bosque, na cidade de

Amargosa, na medida em que, ao término do primeiro evento festivo, os foliões juninos se deslocam para o segundo, porém poucos interagem com a cidade ou com seus moradores. Na verdade, os grupos se dispersam em nucleações no espaço público na frente do palco, nas barracas, nos bares do entorno ou pela cidade cenográfica. Evidentemente que não se pode generalizar porque existem aqueles foliões juninos que alugam casas e, apesar de não interagirem com a vizinhança (que pode ser composta por outros turistas de eventos), esporadicamente aproveitam o tempo livre para andar pela cidade. A festa pública para os participantes do forró de arena é uma complementaridade do entretenimento festivo, e, por isso, as praças festivas fazem parte de seu itinerário. Já em relação ao forró do Bosque, o nível de interação com a cidade é maior porque muitas pessoas de Cruz das Almas e do entorno participam daquele evento.

A segregação e a seletividade são típicas de uma sociedade assimetricamente estratificada. Como lembra Lefebvre (1999), a segregação e a separação rompem com a possibilidade de relação e isso é bastante visível nos dias em que ocorre o forró do Bosque na localidade de Pumba; a relação dos moradores com os foliões é estritamente formal e funcional e ocorre quando um residente da referida localidade trabalha na fazenda Cabana do Bosque ou limita-se a vender produtos no entorno. Os visitantes nem sequer mencionam a possibilidade de conhecer uma pequena nucleação urbana situada nas proximidades porque o chamariz turístico não é determinado pelo lugar geográfico no sentido topológico e de seus atributos físicos e culturais e sim pelo lugar geográfico sazonalmente festivo. Se o magnetismo do lazer festivo é alimentado pela festa de arena, por que o folião junino deveria interagir com o morador do entorno festivo? No caso do forró do Piu Piu, a relação do folião com o entorno local é ainda mais tênue ou simplesmente nula na medida em que a Fazenda Colibri está situada às margens de uma rodovia pavimentada que liga Amargosa a Mutuípe, em uma área afastada do bairro Catiara, que é apenas um espaço de passagem para os festeiros, que, posteriormente, aderem à festa-espetáculo na praça pública. Evidentemente que em casos esporádicos alguns foliões de arena param em alguns bares ou supermercados das imediações periurbanas para beber ou comprar determinados utensílios.

Tanto no forró do Bosque quanto no forró do Piu Piu, os foliões juninos buscam uma modalidade de festa junina que possa associar a ambiência rural com o conforto urbano, viabilizado a partir de toda uma logística e infraestrutura providenciada previamente, emoldurada em um cenário de espetacularização e de apreciação de elementos da natureza. Na fazenda Colibri, o cenário da festa é montado em uma depressão próxima a uma lagoa entornada com vertentes espalmadas que se abre para um vale encoberto por gramíneas e arbustos. A fazenda Cabana do Bosque está situada em uma área plana com uma pequena ondulação na entrada principal, próxima a uma pequena lagoa e também entornada por uma vegetação rasteira utilizada para pastagens. O espaço da festa é arborizado com eucaliptos, que, segundo o produtor cultural Paulo Tear, retira toda energia negativa do ambiente. Mesclam-se os componentes paisagísticos e funcionais na composição estética natural do espaço festivo, o que o torna peculiar, agradável, seguro e ao mesmo tempo explosivo, contagiante, alegre. A soma desses fatores contribuiu para consolidar o forró do Piu Piu e o forró do Bosque como as duas festas de arena do ciclo junino mais “badaladas” e famosas da Bahia.

5. A arena festiva privada como um espaço festivo efêmero

Apesar de serem eventos frequentados predominantemente por adolescentes e jovens de modo geral, nas festas juninas de camisa a transgressão e a irreverência dos participantes limitam-se às suas performances estéticas dançantes. Trata-se de eventos muito bem organizados, normatizados, vigiados por dezenas de seguranças e com cobertura da polícia militar. Talvez o único ponto em comum entre as festas juninas de camisa e as festas *rave* da atualidade seja o perfil etário dos seus integrantes: a grande maioria é jovem, como comprovam pesquisas de sondagem feitas por organizadores desses eventos. As festas *rave* são de duração indeterminada, com elevado grau de permissividade, além de serem incertas do ponto de vistas locacional, podem acontecer tanto em áreas rurais, chácaras periurbanas, clubes ou prédios abandonados na cidade. Já as

festas de camisa têm hora para começar e acabar pré-determinadas e acontecem em espaços privados definidos e racionalizados do ponto de vista comportamental. Enquanto que nas festas *rave* a música eletrônica é ouvida e dançada em todo transcurso do evento, nos forrós de camisa os organizadores diversificam a musicalidade, apesar do predomínio do forró eletrônico, ou eventualmente da *axé music*.

Se na dimensão espacial há um predomínio da concentração nas festas juninas espetacularizadas da atualidade (em praças públicas ou em arenas privadas), em relação à questão temporal pode-se falar em uma dispersão, na medida em que as comemorações do ciclo junino se ampliaram e se atomizaram, indo, portanto, além da pontualidade cronológica das festas do passado, restritas aos dias 23 e 24 de junho. No caso específico das festas juninas no Recôncavo Sul, pode-se afirmar que há um predomínio da concentração que permite, em suas interfaces e fissuras, uma relativa atomização da festa (em bares, residências, em uma praça periferizada, em torno de veículos). Do ponto de vista temporal, qual a importância em termos de uma cronologia mecânica de 4 ou 5 dias de festas em um calendário anual de 365 dias? A frieza estatística da racionalidade temporal instituída não é capaz de revelar a importância simbólica dos poucos dias dos festejos juninos para os foliões. O que aconteceu, sobretudo a partir da década de 1990, com as festas juninas, foi uma dispersão temporal. Ao longo do ano, dezenas de bandas de forró realizam *shows* que se tornam mais frequentes e concentrados nos meses que antecedem as festas do ciclo junino, como março, abril e maio. O mês de junho é o ápice festivo e em julho acontecem as “ressacas” de algumas festas. Nos outros meses do ano acontecem vários *shows*, principalmente em arenas privadas e, eventualmente, nos espaços públicos, comemorando-se o aniversário da cidade, uma inauguração importante ou mesmo como extensão das atividades profanas no entorno das festas do sagrado, em homenagem à padroeira ou ao padroeiro da cidade. Fora do ciclo junino pode-se notar tanto a musicalidade quanto as performances dançantes típicas do período do São João. Essa atomização do tempo, destacada neste artigo, evidentemente foi acompanhada de uma conseqüente atomização espacial; as festas de conteúdo junino fora do ciclo formal acontecem em espaços

eventuais da cotidianidade funcional, a exemplo de uma praça periférica que foi reformada, ou nas múltiplas arenas privadas de alguns bares ou restaurantes que periodicamente realizam festas dessa natureza. Essa relativa atomização da festa é notada no espaço e ocorre ao longo do tempo, portanto trata-se de uma deflagração festiva que não sincroniza com os megaeventos do clímax junino.

Entende-se desta forma que as festas juninas urbanas da contemporaneidade revelam-se como eventos predominantemente concentrados e eventualmente dispersos, sob a ótica espacial, e predominantemente atomizados, do ponto de vista temporal, e / ou sazonalmente concentrados na segunda quinzena de junho. Esse rearranjo espaço-temporal pode ser entendido como um indicativo de descaracterização que pode comprometer a “essência” das festas juninas tradicionalmente organizadas no mês de junho? Deve-se ter o cuidado para não se procurar “resgatar” a essência de uma pretensa festa perdida no passado. Predominantemente o viés mercadológico das festas juninas urbanas contribuiu para acelerar algumas transformações notadas em eventos dessa natureza nas duas últimas décadas; entretanto, as circunstâncias são outras, por isso, a dinâmica cultural dessas festas também passou por mudanças estruturais.

Segundo Lipovetsky (1989), o efêmero revela o essencial da modernidade em plena contradição ao culto à estabilidade, ao durável. Não precisa existir uma razão mítica ou auriática para justificar a deflagração de grandes festas juninas de arena, na medida em que a rememoração cultural é prescindida em um contexto no qual o importante é festejar aquele / naquele momento. As festas juninas brasileiras inegavelmente se constituem em manifestações que expressam a diversidade do patrimônio cultural brasileiro; no entanto, algumas festas privadas, como as festas de arena, podem ser consideradas como um desdobramento do ciclo junino, voltado especificamente para um determinado tipo de diversão explosiva e efêmera, que coopta determinada faixa etária, cujo interesse dos promotores é auferir lucros, e o dos festeiros é se divertir, reencontrar amigos, namorar, “ficar”, flertar, dançar etc. Em algumas festas públicas nota-se um esboço de “presentificação” do passado na composição estética, com a inserção de alguns elementos como casas de taipa, lamparinas ou simulacros de

pequenas capelas. Para Arendt (2002), a cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo, enquanto que o entretenimento relaciona-se com as pessoas e é um fenômeno da vida. Nesse contexto, a sociedade de massas produz continuamente novas formas de entretenimento em um viés claramente mercadológico porque a sociedade de massas precisa de diversão e não de cultura e essa diversão está assentada, sobretudo, no presenteísmo e na efemeridade (ARENDR, 2002).

Pode-se afirmar que as festas de arena aguçam a desterritorialização na dimensão incorporal, que prescindem da mobilidade. Como lembram Deleuze e Guattari *apud* Costa (2004) a vida é um incessante processo de desterritorialização / reterritorialização, que obriga as pessoas a mudarem de um território para outro constantemente sem destruir os territórios anteriores. Além dessas assertivas sobre os processos territoriais, a dialógica teoria / empiria nos permitiu notar a existência de espaços de interface no entorno das festas de arena, que correspondem àqueles locais apropriados provisoriamente por vendedores ou mesmo observadores na entrada das fazendas promotoras das festas privadas. Esses espaços de interface teriam um caráter híbrido, na medida em que mesclam o elemento toponímico (relação do morador com o lugar) e topológico, relacionado à inserção geográfica da arena festiva e, ao mesmo tempo, destoante e artificializado pelo suporte tecnocrônico, pela sonoridade e tipologia do público presente. O espaço festivo da festa de arena é demarcado pela sonoridade, na medida em que os aparelhos eletrônicos também territorializam o espaço, como afirmam Deleuze e Guattari (1997b), referindo-se ao espaço privado do lar. A ação persuasiva dos meios de comunicação, a monumentalidade tecnocrônica da plataforma festiva, as formas espaciais efêmeras, a fama dos artistas e a sonoridade que se espalha difusamente pelo entorno criam uma atmosfera de desejo que pode desembocar em um processo de desterritorialização festiva em um plano imaginário. A não-participação na festa famosa fará com que esse folião procure outras modalidades festivas gratuitas (praças públicas) ou privadas mais acessíveis economicamente. No entanto, o desejo ficará subjacente como uma reserva subliminar, podendo ser reativado a qualquer momento. Depreende-se, portanto, que a concepção de território, quando aplicada à análise das festas juninas de arena, transita do mundo incorporal, passando pela dimensão do simbólico

e abarcando o substrato físico, material, palpável e visível. Os processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização festiva, tanto na dimensão material quanto incorporal, transitam do estranhamento ao reencontro de forma processual.

A partir da leitura do forró do Bosque (Figura 1), enquanto espaço/plataforma racionalmente montado/a, que gera eventualmente estranhamento por parte de alguns idosos residentes nas localidades de Pumba e Lisboa, e de desejo para muitos jovens, pode-se questionar se essas pessoas efetivamente desejam empreender um evento festivo de contra-espetacularização na dimensão microescalar, comunitária, a qual os participantes protagonizam a trama festiva. Será que a pequena festa na capilaridade comunitária poderá ocorrer avizinhandose com a festa-espetáculo das arenas privadas e com os megaeventos do espaço-público? São problematizações que surgem para as quais não se encontram respostas imediatas, mas que permitem várias digressões.

Figura 1
CONCENTRAÇÃO DE JOVENS NO FORRÓ DO BOSQUE



Fonte: o autor, Janio Roque B. de Castro, junho de 2006

As festas juninas concentradas em arenas privadas como o Bosque e Piu Piu representam uma modalidade de re-ruralização das festas juninas? Acredita-se que não, tanto pela tipologia e natureza dessas festas como pelo seu caráter destoante em relação aos seus respectivos espaços de inserção. Trata-se mais de uma reinvenção mercadológica do entretenimento festivo junino que é aproveitada intensamente por determinados segmentos de foliões. Segundo Lefebvre (1991a), a vida urbana começa ao mesmo tempo nos restos da vida rural e nos destroços da cidade tradicional, desta forma, não existe este hiato cartesiano entre o rural e o urbano, nem do ponto de vista da materialidade, e muito menos na perspectiva dos aspectos intangíveis da sociedade, como as suas manifestações culturais, a exemplo das festas populares. Será que no cenário festivo de espetacularização e segregação socioespacial não aparecem as microfestas da dimensão comunitária, reinventadas pelos moradores das cidades-pólos festivos? Lefebvre (1991a e 1991b) defende o reencontro da festa com a superação da oposição cotidianidade-festividade. Para isso, o autor em tela defende a imprescindibilidade do sujeito urbano ativo.

Tanto as festas em espaço público como as privadas são consideradas pelos gestores de Amargosa e de Cruz das Almas como vitrines para mostrar as potencialidades locais, estimulando, assim, o retorno do visitante em outro período fora do ciclo junino, ou seja, trata-se de uma estratégia de venda da imagem da cidade. Nesse contexto de espetacularização mercadológica, pode-se afirmar que, após os anos 1990, a praça pública e a arena privada substituíram a casa como espaço festivo do ciclo junino? No presente artigo evita-se a utilização de acepções binárias, duais, que tentam simplificar ou banalizar de forma excessiva fenômenos sociais complexos. A casa foi ressignificada como espaço festivo no período junino, nesse quadro de reinvenção do lazer festivo urbano na dimensão das festividades populares. Novas modalidades e novos espaços para deflagração de festas surgem, desaparecem, são reinventados ou adaptados ao longo do tempo em um dinamismo sociocultural incessante, e, nesse contexto de permanências, rupturas, transformações e recriação, surgiram as festas juninas de arena como uma estratégia mercadológica para os promotores, mais uma modalidade de lazer festivo para os foliões que delas participam,

e sonho de consumo para aquelas pessoas que desejam participar de um evento dessa natureza, mas que dificuldades de ordem financeira lhes inviabilizam a participação. A proliferação desses eventos não significa uma descaracterização do período junino e sim o surgimento de uma nova modalidade de festa.

6. Reflexões finais

A expressão “nem a casa, nem a rua: as festas juninas espetacularizadas na arena privada” pode passar uma impressão equivocada de que se trabalha nesse artigo com proposições dicotômicas, a partir das quais um elemento, evento ou processo social substitui abruptamente outro, impedindo coexistências, aproximações, vizinhanças, um arranjo acentrado. A expressão “nem a casa nem a rua” foi inspirada na clássica obra de DaMatta, “A casa e a rua” (1987), e o seu objetivo é exatamente o de mostrar diferentes facetas espaciais das festas juninas da atualidade e a natureza assimétrica da polaridade desses espaços, ou seja, a força do magnetismo de alguns lugares festivos, como praças públicas e arenas privadas já consagradas, que é mais expressivo que o da casa ou das ruas de determinados bairros populares. Apesar de existirem vários espaços festivos, como bares, barracas, clubes, ruas, hotéis e casas, a arena dos forrões de camisa é o principal espaço da trama festiva para os jovens, enquanto que as praças do espaço público se constituem no espaço topológico que protagonizam a trama festiva para diferentes faixas etárias.

As festas juninas espetacularizadas da atualidade podem ser entendidas como mercantilização para uns, promoção, *marketing* urbano e político, para alguns, e uma nova forma de ludicidade festiva que foi recriada e que continua sendo incessantemente reinventada, para muitos outros. Nas tramas da folia, no mesmo lugar festivo, o território do lazer urbano e o espaço da mercantilização se interpenetram. O desafio que se impõe para o pesquisador seria identificar, na perspectiva microespacial, microsocia, os elementos que apontem para a concepção e proposição das “máquinas de guerra” pulsantes, com potencial capaz de reinventar o entretenimento

festivo do ciclo junino no espaço urbano contemporâneo, que é estriado materialmente e normativamente. Se a capacidade de reinvenção lúdica no sentido apontado por Henri Lefebvre precisa ser resgatada e colocada no centro de uma agenda de pesquisas buscando-se compreender o seu potencial de subversão, como destaca Angelo Serpa (2007), um desafio que se coloca ao pesquisador é a identificação, análise e contextualização desses processos em manifestações festivas com dimensão territorial e reticular, como as festas juninas.

Referências

ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Tradução de Artur Mourão. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **O sistema de objetos**. Tradução de Zulmira R. Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DAMATTA, Roberto. **A casa e rua**: Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 05; Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

_____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 04; Tradução de Suely Rolnyk. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

_____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 03; Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 01; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **O que é a Filosofia.** Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir.** Tradução de Lygia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução de Alcides João Barros. São Paulo: Ática, 1991a.

_____. **O direito a cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 1991b.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SACK, R. **Human territoriality: Its Theory and history.** London: Cambridge University Press 1986.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SERPA, Angelo. Culturas transversais: um novo referencial teórico-metodológico para a Geografia Humanista e Cultural. In: KOZEL, S.; SILVA, J. da C.; GIL FILHO, S. F. (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista.** São Paulo: Terceira imagem; Curitiba: NEER, 2007(B). p. 36-56.

Recebido em: 18/09/2010

Aceito em: 19/11/2010